

DESENVOLVIMENTO

Economia Brasil

Taxa de investimento tem primeira queda no Brasil desde 2003, segundo o IBGE. Produção no 3º trimestre atingiu R\$ 497,4 bilhões

Capacidade do país para crescer está mais fraca

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

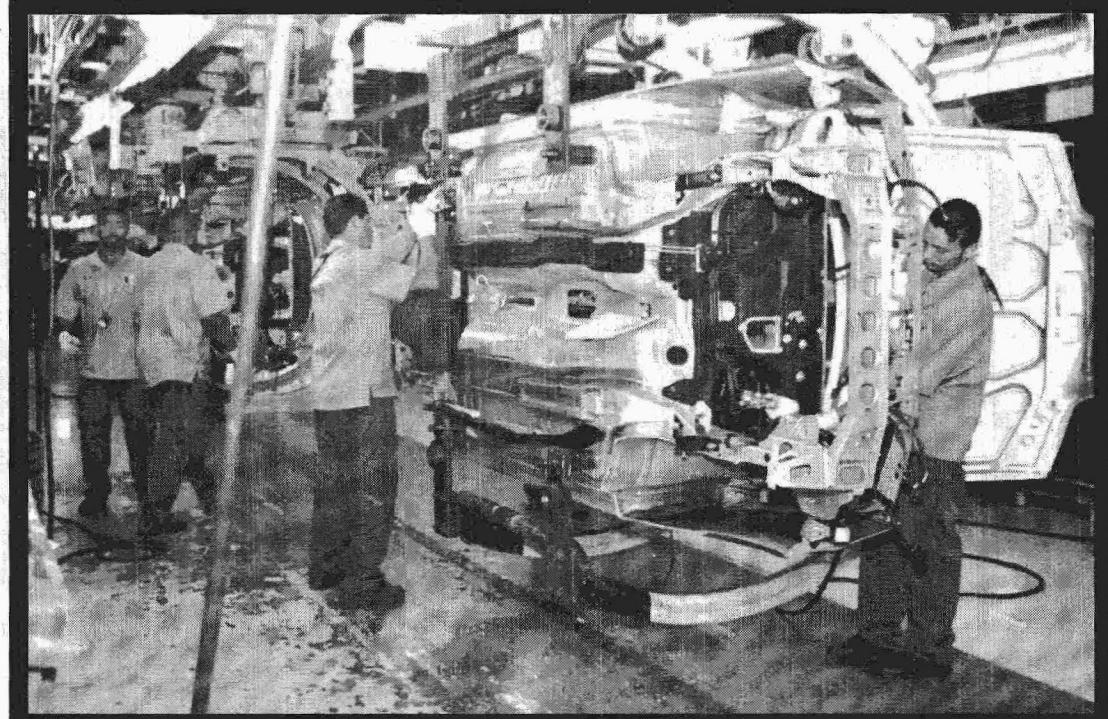
A capacidade do Brasil de crescer de forma sustentada a médio e longo prazos ficou menor. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou ontem que tanto a taxa de investimento da economia, a chamada formação bruta de capital fixo, quanto a taxa de poupança do país caíram no terceiro trimestre. Os números tornam ainda mais desanimadoras as previsões para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, cuja expansão deve ficar entre 2,2% e 2,5%, e limitam o desempenho de 2006.

A taxa de investimento, que resulta em mais empregos e renda, fechou setembro em 20,4% do PIB, depois de ter atingido 20,9% no mesmo período de 2004. Segundo Cláudia Dionísio, economista de Contas Nacionais do IBGE, foi o primeiro recuo desde 2003, quando a taxa de investimentos caiu a 17,8% do PIB, diante do forte arrocho imposto no primeiro ano do governo Lula. Na mesma comparação, a taxa de poupança — quantidade de recursos que o Brasil dispõe para financiar o crescimento — baixou de 25,4% para 24,3% do PIB, interrompendo o ciclo de alta iniciado em 1999.

Juros altos

“São dados preocupantes quando se olha para o futuro”, disse o economista Roberto Piscitelli, professor da Universidade de Brasília (UnB). Além dos juros altos, que inibem a indústria em ampliar o parque produtivo, a taxa de investimentos foi empurrada ladeira abaixo pela forte remessa de lucros e dividendos para o exterior. Nos cálculos do IBGE, entre julho e setembro, essa rubrica registrou saídas do país R\$ 1,6 bilhão super-

Marlos Ney Vidal/EM/4.7.05



PRODUÇÃO INDUSTRIAL: MENOS INVESTIMENTOS E MAIS REMESSAS DE LUCROS E DIVIDENDOS PARA O EXTERIOR

riores às registradas em igual período de 2004. “Se, em vez de enviarem os lucros para o exterior, as empresas multinacionais reinvestissem os recursos no país, certamente a taxa de investimentos seria maior”, afirmou a técnica do IBGE.

Quanto à taxa de poupança, Cláudia destacou que o resultado foi negativo porque as famílias ampliaram o consumo. A opção por gastar mais pode ser explicada pelo aumento do emprego e da renda e pela maior oferta de crédito. Como as famílias estavam com demanda reprimida, o reforço no orçamento doméstico foi usado para satisfazer essas necessidades. “Em termos nominais (sem descontar a inflação), o consumo cresceu 10% na comparação do terceiro trimestre com o mesmo período do ano passado, resultado acima do PIB, que expandiu-se 8,8%”, destacou.

Eleições

Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), com a queda da taxa de investimentos no terceiro trimestre, dificilmente esse indicador fechará o ano nos 22% estimados no início de 2005. “Trata-se de um nível de investimentos sabidamente baixo para as necessidades do país. O Brasil necessita de um esforço maior para que, no médio prazo, se alcance uma taxa de 25% do PIB”, ressaltou o Iedi por meio de uma nota. O problema se torna maior, porque não há perspectivas de elevação dos investimentos em 2006, um ano eleitoral. “A instabilidade política não é favorável aos investimentos. Isso ficou bem claro neste ano, com a crise política que parou o governo e o Congresso”, assinalou o professor Piscitelli. Portanto, são pequenas as chances de a formação bruta de capital fixo avançar muito além

dos 20% do PIB no ano que vem.

Pelos dados divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro totalizou R\$ 497,4 bilhões no terceiro trimestre. Assim, as riquezas produzidas pelo país nos nove primeiros meses do ano atingiram R\$ 1,415 trilhão. O consumo das famílias somaram, entre julho e setembro, R\$ 271,8 bilhões. Os investimentos, no mesmo período, movimentaram R\$ 101,7 bilhões. A taxa de poupança bruta do país bateu em R\$ 120,7 bilhões. Os brasileiros deixaram nos cofres dos governos, em forma de impostos sobre produtos e serviços, R\$ 52,2 bilhões. “Os desafios do Brasil são enormes. E eles não estão restritos apenas à redução dos juros. É preciso, por exemplo, regulamentar o fluxo de capitais estrangeiros no país, de forma a restringir as remessas de lucros e dividendos, e melhorar o ambiente para os negócios”, afirmou Piscitelli.